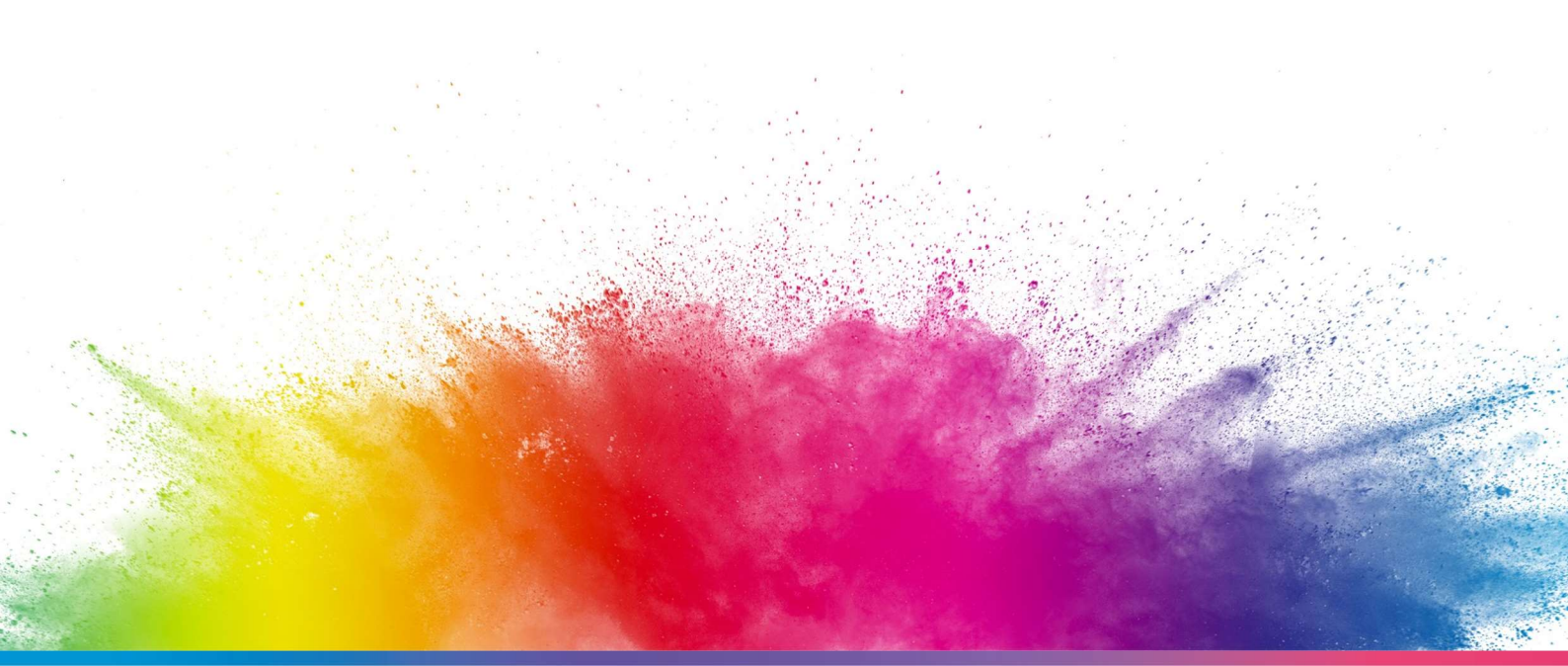




Ahgora HCM S.A.

Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2022



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	1
Balanco patrimonial	4
Demonstração do resultado.....	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstração dos fluxos de caixa.....	9
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras.....	11
1 Contexto operacional	9
2 Resumo das principais políticas contábeis	10
3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos.....	21
4 Gestão de risco financeiro.....	22
5 Caixa e equivalentes de caixa.....	26
6 Contas a receber de clientes.....	26
7 Outras contas a receber	27
8 Direito de uso em arrendamentos e passivo com arrendamentos	27
9 Imobilizado	28
10 Fornecedores e outras obrigações.....	29
11 Obrigações sociais e trabalhistas.....	29
12 Obrigações tributárias	29
13 Imposto de renda e contribuição social.....	30
14 Patrimônio líquido.....	31
15 Receita de contratos com clientes	32
16 Custos e despesas por função e por natureza	32
17 Resultado financeiro.....	33
18 Prejuízo por ação	34
19 Saldos e transações com partes relacionadas	34
20 Eventos subsequentes	35



Ativo	Nota explicativa	2022 não auditado	Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	2022 não auditado
Ativo circulante			Passivo		
Caixa e equivalentes de caixa	5	374	Passivo circulante		
Contas a receber de clientes	6	3.192	Fornecedores	10	251
Outras contas a receber	7	399	Obrigações sociais e trabalhistas	11	2.360
Total do ativo circulante		3.965	Obrigações tributárias	12	125
Ativo não circulante			Passivo de arrendamento	8	170
Realizável a longo prazo			Outras contas a pagar	10	728
Tributos diferidos	13(a)	452	Total do passivo circulante		3.634
Despesas antecipadas		123	Passivo não circulante		
Total do realizável a longo prazo		575	Tributos diferidos	13(a)	199
Imobilizado	8	179	Total do passivo não circulante		199
Direito de uso em arrendamento	8	169	Total do passivo		3.833
		348	Patrimônio líquido		
Total do ativo não circulante		923	Capital social	14(a)	1.559
			Prejuízos acumulados		(504)
Total do ativo		4.888	Total do patrimônio líquido		1.055
			Total do passivo e do patrimônio líquido		4.888

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras da Companhia

<u>Demonstrações do resultado</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>2022</u> <u>não auditado</u>
Receita de contratos com clientes	15	5.621
Custo das vendas	16	<u>(2.553)</u>
Lucro bruto		3.068
Despesas comerciais	16	(483)
Despesas gerais e administrativas	16	(1.216)
Despesas com pesquisa e desenvolvimento	16	(1.916)
Outras despesas operacionais, líquidas	16	<u>(75)</u>
		<u>(3.690)</u>
Prejuízo antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro		(622)
Resultado financeiro	17	<u>(134)</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(756)
Imposto de renda e contribuição social	14	<u>252</u>
Prejuízo do exercício		<u>(504)</u>
Prejuízo por ação:		
Prejuízo por ação - básico (em R\$)		(504,00)
Prejuízo por ação - diluído (em R\$)		(504,00)

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras da Companhia

<u>Demonstrações do resultado abrangente</u>	<u>2022</u> <u>não auditado</u>
Prejuízo do exercício	<u>(504)</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(504)</u>

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras da Companhia

	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2021 (não auditado)	-	-	-
Transações de capital			
Integralização de capital	1	-	1
Aumento de capital	<u>1.558</u>	<u>-</u>	<u>1.558</u>
Total de transações de capital	<u>1.559</u>	<u>-</u>	<u>1.559</u>
Resultados abrangentes			
Lucro líquido do exercício	<u>-</u>	<u>(504)</u>	<u>(504)</u>
Total de outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>(504)</u>	<u>(504)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2022 (não auditado)	<u>1.559</u>	<u>(504)</u>	<u>1.055</u>

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras da Companhia

	<u>Nota explicativa</u>	<u>2022 não auditado</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício		(504)
Ajuste de itens sem desembolso de caixa:		
Depreciação e amortização		74
Juros incorridos		95
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	<u>(252)</u>
		(587)
Varição em ativos e passivos operacionais		
Contas a receber de clientes		(3.192)
Despesas antecipadas		(123)
Outras contas a receber		(399)
Fornecedores		251
Obrigações trabalhistas e sociais		2.360
Obrigações tributárias		125
Outras contas a pagar		<u>728</u>
		(837)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		(837)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de ativo imobilizado	9	<u>(180)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(180)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Integralização de capital		1
Aumento de capital		1.558
Amortização de contratos de arrendamento	8	<u>(168)</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		<u>1.391</u>
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		<u>374</u>
Caixa e equivalentes no início do exercício		-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5	<u>374</u>
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		<u>374</u>

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras da Companhia

1 Contexto operacional

A Ahgora HCM S.A., (Companhia) é uma sociedade anônima por ações, de capital fechado, constituída em 22 de junho de 2022, sediada na Rodovia José Carlos Daux - SC 401, nº 600, Bairro João Paulo em Florianópolis, Santa Catarina e atua no mercado de gerenciamento de recursos humanos (*human capital management* - HCM). Tem como controladora a Companhia Ahgora Sistemas S.A. (Controladora) também localizada em Florianópolis, Santa Catarina.

Com soluções desenvolvidas por meio de tecnologia de internet das coisas (*internet of things* - IoT) e arquitetada em nuvem, a Companhia se posiciona no mercado com uma alternativa Premium, de modo que, suas soluções permitem que seus clientes gerenciem operações simples, como também operações complexas de controle de acesso, presença de pessoas em empresas e treinamento. Além dessas características a solução atende plenamente as demandas legais que constam no arcabouço legal trabalhista brasileiro.

A robustez de sua plataforma tecnológica, aliada a flexibilidade do modelo em nuvem (*Cloud*) / IoT diferencia a Companhia e permite que suas soluções sejam utilizadas tanto por clientes com necessidades básicas de gestão, bem como por aqueles com ambientes complexos de gerenciamento de recursos humanos, como por exemplo, empresas com multi-localidade e com força de trabalho volante e remota.

A Companhia atua basicamente com licenciamento de softwares para gestão de capital humano.

1.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* - IFRS), emitidas pelo Comitê Internacional de Normas Contábeis (*International Accounting Standards Board* - IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota 2.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. Os ativos mantidos para a venda são mensurados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de venda.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação de suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 17 de novembro de 2023.

1.2 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Alterações adotadas pela Companhia

As seguintes alterações de normas foram adotadas pela Companhia:

- Alteração ao IAS 16 / CPC 27 "Ativo Imobilizado": a alteração proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício.

- Alteração ao IAS 37 / CPC 25 "Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes": esclarece que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele.
- Alteração ao IFRS 3 / CPC 15 "Combinação de Negócios": substitui as referências da versão antiga da estrutura conceitual pela mais recente emitida em 2018.
- Aprimoramentos anuais - ciclo 2018-2020:
 - IFRS 9 / CPC 48 - "Instrumentos Financeiros" - esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para análise de baixa de passivos financeiros.
 - IFRS 16 / CPC 06 - "Arrendamentos" - alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado.

1.3 Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2022

a. Comentários sobre o desempenho da Companhia

Em 2022, iniciamos nossa operação em junho de 2022, com foco em licenciamento de *softwares* para o gerenciamento de capital humano, alcançando neste ano uma receita líquida de R\$ 5.621, sendo 94% deste valor de receita recorrente. Em relação ao lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (LAJIDA (*earnings before interest, taxes, depreciation and amortization (EBITDA)*)), tivemos um valor negativo de R\$ 548 e uma geração de caixa de ao final do ano de R\$ 374. O desempenho da companhia é resultado da transferência de contratos de licenciamento de software da Controladora para esta Controlada. Esta transferência tem como objetivo separar as atividades do Grupo entre comercialização de periféricos (*hardware*) e licenciamento de *softwares*, já que ambos os negócios possuem dinâmicas, avaliações de preço e mercados diferentes. Além das transferências de contrato, a receita de licenciamento de *softwares* continua crescendo dentro do grupo e os novos clientes desta linha de serviço são faturados na Companhia.

Abaixo, apresentamos os principais números de 2022:

	<u>2022</u> não auditado
Receita bruta	6.247
Caixa e equivalentes de caixa	374
Prejuízo do exercício	(504)

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Conversão de moeda estrangeira

a. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (a "moeda funcional").

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, sua moeda de apresentação.

b. Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. Todos os outros ganhos e perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como "Outros ganhos (perdas), líquidos", quando aplicáveis.

2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curtíssimo prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos", no passivo circulante, quando aplicável.

2.3 Ativos financeiros

a. Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros como mensurados ao custo amortizado.

b. Reconhecimento e desreconhecimento

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

c. Mensuração

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado.

i. Instrumentos de dívida

A mensuração subsequente de títulos de dívida depende do modelo de negócio da Companhia para gestão do ativo, além das características do fluxo de caixa do ativo. A Companhia classifica seus títulos de dívida de acordo com as três categorias de mensuração a seguir:

- **Custo amortizado** - os ativos, que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/(perdas) juntamente com os ganhos e perdas cambiais. As perdas por redução ao valor não recuperável (*impairment*) são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.
- **Valor justo por meio do resultado** - eventuais ganhos ou perdas em um investimento em título de dívida que seja subsequentemente mensurado ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado e apresentados líquidos em outros ganhos/(perdas), no período em que ocorrerem.

d. Perda por redução ao valor não recuperável (*impairment*)

A Companhia avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado. A metodologia de cálculo do valor não recuperável (*impairment*) aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo IFRS 9 / CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.

e. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de os liquidar em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

2.4 Instrumentos financeiros derivativos e atividades de cobertura de riscos financeiros

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de cobertura nos casos de adoção da contabilidade de cobertura de risco financeiro (*hedge accounting*). Sendo este o caso, o método depende da natureza do item/objeto que está sendo protegido por instrumento financeiro derivativo. A Companhia adota a contabilidade de cobertura de riscos financeiros (*hedge accounting*) e designa certos derivativos como:

- Instrumento financeiro derivativo de valor justo de ativos ou passivos reconhecidos ou de um compromisso firme (cobertura de valor justo ou *fair value hedge*);

a. Cobertura de valor justo

As variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como cobertura de valor justo são registradas na demonstração do resultado, com quaisquer variações no valor justo do ativo ou passivo protegido por instrumento financeiro derivativo que são atribuíveis ao risco protegido. A Companhia só aplica a contabilidade de cobertura de valor justo para se proteger contra o risco de variação cambial de empréstimos tomados em moeda diferentes da funcional da Companhia. O ganho ou perda relacionado com a parcela efetiva dos contratos a termo é reconhecido na demonstração do resultado como "Despesas financeiras". O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é reconhecido na demonstração do resultado como "Outros ganhos (perdas), líquidos". As variações no valor justo dos empréstimos protegidas por instrumentos financeiros derivativos, atribuíveis à variação cambial, são reconhecidas na demonstração do resultado como "Despesas financeiras".

Se o instrumento financeiro derivativo não mais atender aos critérios de contabilização de cobertura, o ajuste no valor contábil de um item protegido por instrumento financeiro derivativo, para o qual o método de taxa efetiva de juros é utilizado, é amortizado no resultado durante o período até o vencimento.

b. Inefetividade da cobertura

A inefetividade de cobertura é determinada no surgimento da relação de cobertura e por meio de avaliações periódicas prospectivas de efetividade para garantir que exista uma relação econômica entre o item protegido e o instrumento financeiro derivativo.

No caso de coberturas de compras em moeda estrangeira, a Companhia contrata operações de cobertura quando os termos essenciais do instrumento financeiro derivativo correspondem exatamente aos termos do item protegido.

Portanto, a Companhia realiza uma avaliação qualitativa de efetividade. Se houver mudanças nas circunstâncias que afetem os termos do item protegido de tal forma que os termos essenciais deixem de corresponder, de forma exata, aos termos essenciais do instrumento financeiro derivativo, a Companhia utilizará o método derivativo hipotético para avaliar a efetividade.

Nas coberturas de compras em moeda estrangeira, a inefetividade pode ocorrer se o período da transação prevista for alterado em relação ao período estimado originalmente, ou se houver mudanças no risco de crédito ou na contraparte do derivativo.

c. Instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado

Certos instrumentos derivativos não se qualificam para a contabilização de cobertura. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado em "Outros ganhos (perdas), líquidos".

2.5 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A Companhia mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais e, portanto, essas contas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas das provisões para perdas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante.

Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

2.6 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de projeto, matérias-primas, mão-de-obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos quando aplicável. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

2.7 Arrendamentos

A Companhia aluga alguns imóveis para a realização de suas atividades. Em geral, os contratos de aluguel são realizados por períodos fixos de seis meses a 36 meses, porém eles podem incluir opções de prorrogação.

Os contratos podem conter componentes de arrendamento e outros não relacionados a arrendamentos. A Companhia aloca a contraprestação no contrato aos componentes de arrendamentos e de outros não relacionados a arrendamentos com base nos preços isolados relativos. Contudo, para arrendamentos de imóveis nos quais a Companhia é o arrendatário, a Companhia optou por não separar componentes relacionados e não relacionados a arrendamentos e, em vez disso, contabiliza tais componentes como um componente de arrendamento único.

Os prazos dos arrendamentos são negociados individualmente e contêm uma ampla gama de termos e condições diferenciadas. Os contratos de arrendamento não contêm cláusulas restritivas, porém os ativos arrendados não podem ser utilizados como garantia de empréstimos.

Os ativos e passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente.

Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos pagamentos de arrendamentos a seguir:

- pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na essência, menos quaisquer incentivos de arrendamentos a receber);
- pagamentos variáveis de arrendamentos variáveis que dependem de índice ou de taxa;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual;
- o preço de exercício de uma opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de que irá exercer essa opção; e,
- pagamentos de multas por rescisão do arrendamento se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

Os pagamentos de arrendamentos são descontados utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento. Caso essa taxa não possa ser prontamente determinada, a taxa incremental de empréstimo do arrendatário é utilizada, sendo esta a taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para obter os fundos necessários para adquirir um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes.

Para determinar a taxa incremental de empréstimo, a Companhia:

- sempre que possível, utiliza como ponto de partida taxas de financiamentos recentes contratados com terceiros, ajustadas para refletir as mudanças nas condições de financiamento desde que tal financiamento de terceiro fora recebido;
- usa uma abordagem progressiva que parte de uma taxa de juros livre de risco ajustada para o risco de crédito para arrendamentos mantidos pela Companhia, sem financiamento recente com terceiros; e,
- faz ajustes específicos à taxa, como no prazo, país, moeda e garantia, por exemplo.

A Companhia está exposto a potenciais aumentos futuros nos pagamentos de arrendamentos variáveis com base em um índice ou taxa, os quais não são incluídos no passivo de arrendamento até serem concretizados. Quando os ajustes em pagamentos de arrendamentos baseados em um índice ou taxa são concretizados, o passivo de arrendamento é reavaliado e ajustado em contrapartida ao ativo de direito de uso.

Os pagamentos de arrendamentos são alocados entre o principal e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, de acordo com os itens a seguir:

- o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento;
- quaisquer pagamentos de arrendamentos feitos na data inicial, ou antes dela, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos;
- quaisquer custos diretos iniciais; e,
- custos de restauração e desmobilização.

Os ativos de direito de uso geralmente são depreciados ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor. Se a Companhia estiver razoavelmente certo de que irá exercer uma opção de compra, o ativo do direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo subjacente.

Os pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo de equipamentos e veículos e todos e arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos pelo método linear como uma despesa no resultado. Arrendamentos de curto prazo são aqueles com um prazo de 12 meses ou menos. Os ativos de baixo valor incluem equipamentos de tecnologia da informação (*information technology* - IT) e pequenos itens de mobiliário de escritório.

i. Opções de prorrogação e extinção

As opções de prorrogação e extinção estão incluídas em diversos dos arrendamentos de ativos imobilizados da Companhia. Esses termos são usados para maximizar a flexibilidade operacional em termos de gestão de contratos. A maioria das opções de prorrogação e extinção mantidas podem ser exercidas apenas pela Companhia, e não pelo respectivo arrendador.

2.8 Ativos intangíveis

a. Ágio por expectativa de rentabilidade futura

O ágio resulta da aquisição de controladas e representa o excesso da (i) contraprestação transferida; (ii) do valor da participação de não controladores na adquirida, quando aplicável; e, (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos. Caso o total da contraprestação transferida, a participação dos não controladores reconhecida e a participação mantida anteriormente medida pelo valor justo seja menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

b. Marcas registradas e licenças

As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. Posteriormente, as marcas e licenças, avaliadas com vida útil indefinida.

c. Relações contratuais com clientes

As relações contratuais com clientes, adquiridas em uma combinação de negócios, são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. As relações contratuais com clientes têm vida útil definida e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada da relação com o cliente.

d. Software

As licenças de software são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos *softwares*.

Os custos associados à manutenção de *software* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *softwares* identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares* e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do *software*.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada.

2.9 Imobilizado

Terrenos e edificações compreendem, principalmente, fábricas e escritórios. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e seus respectivos custos de desmobilização. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	<u>Taxa anual de depreciação</u>
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4%

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos valores de venda com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outros ganhos (perdas), líquidos" na demonstração do resultado.

2.10 Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*), não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). As revisões do valor recuperável (*impairment*) do ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem uma possível perda pela redução ao valor recuperável (*impairment*).

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável (indicativos de *impairment*).

Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação de perda por redução ao valor recuperável (*impairment*), utilizando-se o método de valor em uso, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Para fins desse teste, o ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) é alocado para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os Grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

Os ativos não financeiros, exceto o ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*), que tenham sido ajustados por redução ao valor recuperável (*impairment*), são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão da redução do valor recuperável (*impairment*) na data do balanço.

Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) reconhecido no resultado do exercício não é revertido.

2.11 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

Adicionalmente, os pagamentos realizados pela Companhia representam compras de bens e serviços, são diretamente relacionados às faturas dos fornecedores e não alteram seus fluxos de caixa. Dessa forma, a Companhia continua reconhecendo os fornecedores operacionais nas demonstrações dos fluxos de caixa.

2.12 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.13 Provisões

As provisões para custos de reestruturação e ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões para reestruturação compreendem multas por rescisão de contratos de aluguel e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de as liquidar é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.14 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço dos países em que as entidades da Companhia atuam e geram lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pela Companhia, e desde que seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível.

Os impostos diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de os compensar quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

2.15 Benefícios a empregados

a. Benefícios de rescisão

Os benefícios de rescisão são exigíveis quando o vínculo empregatício é encerrado pela Companhia antes da data normal de aposentadoria, ou sempre que um empregado aceitar a demissão voluntária em troca desses benefícios. A Companhia reconhece os benefícios de rescisão na primeira das seguintes datas: (i) quando a Companhia não mais puder retirar a oferta desses benefícios; e, (ii) quando a entidade reconhecer custos de reestruturação que estejam no escopo do CPC 25 / IAS 37 e envolvam o pagamento de benefícios de rescisão. No caso de uma oferta efetuada para incentivar a demissão voluntária, os benefícios de rescisão são mensurados com base no número de empregados que, segundo se espera, aceitarão a oferta. Os benefícios que vencerem após 12 meses da data do balanço são descontados a valor presente.

b. Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia, que leva em conta o lucro atribuído aos acionistas da Companhia após certos ajustes. A Companhia reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigado ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

2.16 Capital social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

2.17 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas da Companhia.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

Receitas faturadas que não atingem os critérios de reconhecimento, não compõem os saldos das respectivas contas de receita e contas a receber.

a. Prestação de serviços

i. Prestação de serviços recorrentes

A receita de serviços recorrentes compreende: (i) assinatura de *software*, na qual os clientes têm acesso ao *software* em vários dispositivos simultaneamente em sua versão mais recente; (ii) manutenção, incluindo suporte técnico e evolução tecnológica; e (iii) serviços, incluindo computação em nuvem e atendimento ao cliente. Todos esses serviços são vendidos separadamente.

A receita de serviços recorrentes é reconhecida no resultado mensalmente ao longo do tempo, à medida que os serviços são prestados, a partir da data em que os serviços são disponibilizados ao cliente e todos os demais critérios de reconhecimento de receita são atendidos.

ii. Prestação de serviços não recorrentes

A receita de serviços não recorrentes compreende as receitas de serviços de implementação, treinamento e customização que representam obrigação de desempenho distinta dos outros serviços e são faturadas separadamente e reconhecidas ao longo do tempo à medida que os custos são incorridos em relação ao total de custos esperados, realizados conforme cronograma de execução e quando há expectativa válida de recebimento do cliente.

As receitas de serviços de consultoria, treinamento e customização são reconhecidas quando os serviços são prestados.

b. Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

A receita de juros de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado é incluída nos ganhos / (perdas) líquidos de valor justo com esses ativos. A receita de juros de ativos financeiros ao custo amortizado e ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes calculada utilizando o método da taxa de juros efetiva é reconhecida na demonstração do resultado como parte da receita financeira de juros.

A receita financeira é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto de um ativo financeiro exceto para ativos financeiros que, posteriormente, estejam sujeitos à perda de crédito. No caso de ativos financeiros sujeitos à perda de crédito, a taxa de juros efetiva é aplicada ao valor contábil líquido do ativo financeiro (após a dedução da provisão para perdas).

2.18 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

2.19 Arredondamento de valores

Todos os valores divulgados nas demonstrações financeiras e notas foram arredondados com a aproximação de milhares de reais, salvo indicação contrária.

2.20 Alteração das normas que ainda não estão em vigor

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2022. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC):

- Alteração ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis: de acordo com o IAS 1 – "*Presentation of financial statements*", para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 "*Classification of liabilities as current or non-current*", cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (*covenants*), mesmo que a mensuração contratual da cláusula restritiva (*covenant*) somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses.

Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contém cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob cláusulas de restrição (*covenants*) somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente cláusulas restritivas (*covenants*) com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data.

A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024.

- Alteração ao IAS 1 e IFRS *Practice Statement 2* - Divulgação de políticas contábeis: em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como as identificar. Também esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a "IFRS *Practice Statement 2 Making Materiality Judgements*" para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

- Alteração ao IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro: a alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.
- Alteração ao IAS 12 - Tributos sobre o Lucro: a alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

Não se espera que essas alterações tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Não há outras normas IFRS ou interpretações emitidas pelo Comitê Internacional de Interpretação de Normas Contábeis (*International Financial Reporting Interpretations Committee - IFRIC*) que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e se baseiam na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

a. Principais premissas contábeis utilizadas nos cálculos de valor em uso

Anualmente, a Companhia testa eventuais perdas do valor recuperável (*impairment*) no ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*), de acordo com a política contábil apresentada na Nota 2.11. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas e projeções orçamentárias aprovadas pela Administração conforme Nota 14.

b. Perdas do valor recuperável (*impairment*) dos ativos financeiros

A provisão para perda de créditos esperada (PCE) é baseada em premissas sobre o risco de inadimplência e nas taxas de perdas esperadas. A Companhia aplica julgamento para estabelecer essas premissas e para selecionar os dados para o cálculo da provisão, com base no histórico da Companhia, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício. Detalhes sobre as principais premissas e dados utilizados são divulgados na Nota 4.1(b).

c. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos incluem um saldo de R\$ 6.640, conforme descrito na Nota 21(b). A Companhia entende que o ativo fiscal diferido é recuperável considerando as projeções de lucro tributável futuro estimado com base nos planos de negócios aprovados e nos orçamentos para cada entidade legal que compõe a Companhia.

3.2 Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis

a. Reconhecimento da receita

Julgamentos relacionados à identificação das obrigações de desempenho das vendas de *software*, que incluem a taxa de licenciamento, serviço mensal de *software* e serviços de implementação/customização que podem ter efeitos significativos no reconhecimento de receita de contrato com clientes. A Companhia conclui que estas obrigações de desempenho são distintas uma vez que são vendidos separadamente.

b. Determinação do prazo de arrendamento

A Companhia determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia o expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial, risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A Companhia usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria central da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A tesouraria da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Companhia. O Conselho de Administração estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito e investimento de excedentes de caixa.

O quadro a seguir sumaria a natureza e a extensão dos riscos decorrentes de instrumentos financeiros e como a Companhia administra sua exposição.

Risco	Exposição	Metodologia utilizada para mensuração do impacto	Gestão
Risco de mercado - câmbio	Operações comerciais futuras	Previsão de fluxos de caixa	Contratos futuros a termo
	Ativos e passivos financeiros em moeda estrangeira	Análise de sensibilidade	
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, instrumentos financeiros derivativos, investimentos em instrumentos de dívida e ativos de contratos	Análise de vencimento Avaliação de crédito	Diversificação das instituições financeiras
			Monitoramento dos limites de crédito / ratings
			Orientações de investimento em instrumentos de dívida
Risco de liquidez	Empréstimos e outros passivos	Previsões de fluxo de caixa	Linhas de crédito disponíveis

a. Risco de mercado

i. Risco cambial

A Companhia possui transações em moeda diferente de sua moeda funcional e está exposto ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, basicamente com relação ao Dólar dos Estados Unidos.

A administração estabeleceu uma política que exige que as empresas da Companhia administrem seu risco cambial em relação à sua moeda funcional. As empresas da Companhia, cujas operações estão expostas ao risco cambial, são requeridas a proteger suas posições via operações de cobertura, efetuadas sob a orientação da tesouraria da Companhia.

A política de gestão de risco financeiro da Companhia é a de analisar cada operação realizada em moeda diferente da moeda funcional e, a partir de aprovação da Administração da Companhia, efetuar a respectiva cobertura do risco pelo período da realização da transação.

A Companhia usa operações cambiais a termo para se proteger contra a exposição ao risco cambial. Na política da Companhia, os termos essenciais dos contratos a termo e das opções devem estar alinhados aos itens protegidos.

A Companhia designa apenas os componentes à vista das operações cambiais a termo nas operações de cobertura. O componente à vista é determinado com relação às taxas de câmbio do mercado à vista aplicáveis. A diferença entre a taxa a termo contratada e a taxa cambial de mercado à vista é definida como os pontos a termo. Ela é descontada, quando relevante.

As mudanças no elemento a termo das operações cambiais a termo que estejam relacionadas ao item protegido são diferidas nos custos da reserva de cobertura.

ii. Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O principal risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos de longo prazo com taxas variáveis, expondo a Companhia ao risco de fluxo de caixa associado com a taxa de juros. A Companhia analisa caso a caso para determinar a necessidade de contratação de instrumento financeiro derivativo referente a *swap* de taxa de juros.

A Companhia analisa sua exposição à taxa de juros de forma dinâmica. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes, financiamento e coberturas alternativas. Com base nesses cenários, a Companhia define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado. Para cada simulação, é usada a mesma mudança na taxa de juros para todas as moedas.

b. Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, fluxos de caixa contratuais decorrentes de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio do resultado, instrumentos financeiros derivativos favoráveis, depósitos em bancos e em outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto.

O risco de crédito é administrado corporativamente. Para bancos e outras instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades independentemente classificadas com rating mínimo "A" na escala de *Standard and Poor's*. A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado.

Valor não recuperável (*impairment*) de ativos financeiros

Os seguintes ativos financeiros mantidos pela Companhia estão sujeitos ao modelo de perdas de crédito esperadas:

- Contas a receber de clientes por vendas de produtos e decorrentes de provisão de serviços de consultoria.
- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

Embora o caixa e equivalentes de caixa também estejam sujeitos às exigências de perda por valor não recuperável (*impairment*) do IFRS 9 / CPC 48, a perda por valor não recuperável (*impairment*) identificada nesses ativos foi imaterial.

Contas a receber de clientes e ativos de contratos

A Companhia aplica a abordagem simplificada do IFRS 9 / CPC 48 para a mensuração de perdas de crédito esperadas considerando uma provisão para perdas esperadas ao longo da vida útil para todas as contas a receber de clientes e ativos de contratos.

Para mensurar as perdas de crédito esperadas, as contas a receber de clientes e os ativos de contratos foram agrupados com base nas características compartilhadas de risco de crédito e nos dias de atraso. Os ativos de contratos se relacionam a trabalhos em andamento que não foram faturados e possuem essencialmente as mesmas características de riscos das contas a receber de clientes para os mesmos tipos de contratos. Portanto, a Companhia concluiu que as taxas de perdas esperadas para as contas a receber de clientes representam uma aproximação razoável das taxas de perda para os ativos de contratos.

As contas a receber de clientes e os ativos de contratos são baixados quando não há expectativa razoável de recuperação. Os indícios de que não há expectativa razoável de recuperação incluem, entre outros: incapacidade do devedor de participar de um plano de renegociação de sua dívida com a Companhia ou de realizar pagamentos contratuais de dívidas vencidas.

As perdas por valor não recuperável (*impairment*) em contas a receber de clientes e ativos de contratos são apresentadas como perdas por valor não recuperável (*impairment*) líquidas, no lucro operacional. Recuperações subsequentes de valores previamente baixados são creditadas na mesma conta.

Ativos financeiros ao custo amortizado

Todos os investimentos em títulos de dívida ao custo amortizado são considerados de baixo risco de crédito e a provisão para perdas reconhecida durante o período ficou, portanto, limitada às perdas de crédito esperadas em 12 meses. A administração considera "baixo risco de crédito" para títulos negociados no mercado como sendo uma classificação de crédito de investimento com, no mínimo, uma importante agência de classificação. Outros instrumentos são considerados como tendo baixo risco de crédito quando eles apresentam um risco baixo de inadimplência e o seu emissor tem uma forte capacidade de cumprir suas obrigações de fluxo de caixa contratual no curto prazo. O resultado da aplicação do modelo de perdas de crédito esperadas para os referidos ativos financeiros foi imaterial.

c. Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada nas entidades operacionais da Companhia e agregada pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis a qualquer momento, a fim de que a Companhia não quebre os limites ou cláusulas do empréstimo (quando aplicável) em qualquer uma de suas linhas de crédito. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda.

O excesso de caixa mantido pelas entidades operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é transferido para a tesouraria da Companhia. A tesouraria investe o excesso de caixa em contas bancárias com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

4.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2022</u> não auditado
Bancos, conta movimento	374

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins, sendo que a Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor, sendo que estão representadas por aplicações financeiras em certificados de depósito bancário e são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações. As aplicações são classificadas como equivalente de caixa, conforme a descrição do CPC 03.

6 Contas a receber de clientes

	<u>2022</u> não auditado
Contas a receber de clientes	2.605
Serviços a faturar	<u>587</u>
	<u><u>3.192</u></u>

Com o intuito de estimar os montantes de perdas estimadas na realização de créditos, a serem reconhecidos no exercício, a Administração da Companhia realiza análises de suas contas a receber, especialmente sobre os montantes vencidos, levando em consideração a composição dos saldos de contas a receber por idade de vencimento e a expectativa de recuperação.

Demonstramos a seguir a abertura do contas a receber de clientes por idade de vencimento:

	<u>2022</u> não auditado
A vencer	2.651
Vencidos entre 01 e 30 dias	342
Vencidos entre 31 e 60 dias	102
Vencidos entre 61 e 90 dias	52
Vencidos entre 91 e 180 dias	<u>45</u>
	<u><u>3.192</u></u>

7 Outras contas a receber

	<u>2022</u> <u>não auditado</u>
Adiantamentos de férias	67
Adiantamentos a funcionários	12
Adiantamentos a fornecedores	11
Partes relacionadas	<u>309</u>
	<u><u>399</u></u>

8 Direito de uso em arrendamentos e passivo com arrendamentos

O reconhecimento e a mensuração do ativo de direito e do passivo de arrendamento são efetuados de acordo com o pronunciamento contábil CPC 06 (R2) Operações de Arrendamento.

Os arrendamentos são constituídos por imóveis de terceiros ligados à operação e possuem vários prazos de vigência, com o último vencimento em agosto de 2023.

Segue movimentação do ativo de direito de uso de arrendamento para o período:

	<u>2022</u> <u>não auditado</u>
Saldo líquido em 1º de janeiro	-
Aquisições	242
Amortizações	<u>(73)</u>
Saldo líquido em 31 de dezembro	<u><u>169</u></u>
Custo de aquisição	242
Amortização acumulada	<u>(73)</u>
Saldo líquido em 31 de dezembro	<u><u>169</u></u>

Segue movimentação do passivo de arrendamento para o período:

	<u>2022</u> não auditado
Saldo líquido em 1º de janeiro	-
Aquisições	242
Juros apropriados	95
Amortização de principal	<u>(168)</u>
Saldo líquido em 31 de dezembro	<u><u>169</u></u>

9 Imobilizado

	<u>Benfeitorias</u> <u>em imóveis</u> <u>de terceiros</u> não auditado
Saldo líquido em 1º de janeiro de 2022	-
Aquisições	180
Depreciações	<u>(1)</u>
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2022	<u><u>179</u></u>
Custo de aquisição	180
Depreciação acumulada	<u>(1)</u>
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2022	<u><u>179</u></u>

11 Fornecedores e outras obrigações

	<u>2022</u> não auditado
Fornecedores terceiros	251
Adiantamento de clientes	483
Outras contas a pagar para partes relacionadas	<u>244</u>
	<u>978</u>
Fornecedores	251
Outras contas a pagar	<u>728</u>
	<u>979</u>

12 Obrigações sociais e trabalhistas

	<u>2022</u> não auditado
Salário a pagar	513
Instituto nacional de seguridade social (INSS) a recolher	113
Fundo de garantia por tempo de serviço (FGTS) a recolher	89
Imposto de renda retido na fonte (IRRF) a recolher	299
Provisão de férias	1.070
Encargos sobre as provisões de férias	169
Outras obrigações sociais e trabalhistas	<u>107</u>
	<u>2.360</u>

13 Obrigações tributárias

	<u>2022</u> não auditado
Programa de integração social (PIS) a recolher	13
Contribuição para o financiamento da seguridade social (COFINS) a recolher	61
Imposto sobre serviços (ISS) a recolher	42
Contribuição retida a recolher	<u>9</u>
	<u>125</u>

15 Imposto de renda e contribuição social

a. Imposto de renda e contribuição social diferidos

	<u>2022</u> não auditado
Prejuízos fiscais	
Imposto de renda com prejuízos fiscais	213
Base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido	<u>77</u>
	290
Diferenças temporárias ativas	
Ajuste de reconhecimento de receita de contrato com clientes	<u>162</u>
Total de tributos diferidos ativos	<u>452</u>
Diferenças temporárias passivas	
Receita a faturar	<u>(199)</u>
Total de tributos diferidos passivos	<u>(199)</u>
Total de tributos diferidos, líquidos	253

A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos líquidos é a seguinte:

	<u>2022</u> não auditado
Saldo em 1º de janeiro	-
Constituição (reversão)	<u>253</u>
Saldo em 31 de dezembro	<u>253</u>

A Companhia possui a seguinte expectativa de realização saldo do imposto de renda e contribuição social diferidos de 2022:

	<u>2022</u> não auditado
De 01 a 12 meses	259
De 13 a 24 meses	97
Mais de 25 meses	<u>96</u>
	<u>452</u>

c. Despesa de imposto de renda e contribuição social

	<u>2022</u> <u>não auditado</u>
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(756)
Alíquota nominal do imposto de renda e da contribuição social	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota efetiva	257
Diferenças permanentes	
Outras diferenças permanentes	<u>(5)</u>
	<u>(5)</u>
Imposto de renda e contribuição social no resultado	<u>252</u>
Alíquota efetiva	33,33%

16 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social da Companhia é de R\$ 1.559, divididos em 1.000 (um mil) ações, sendo 542 (quinhentos e quarenta e duas) ações ordinárias e 458 (quatrocentos e cinquenta e oito) ações preferenciais classe A, todas nominativas sem valor nominal.

A composição acionária da Companhia é constituída da seguinte forma:

	<u>Ordinárias</u>	<u>Preferenciais</u>	<u>Total</u>	<u>Participação</u>
Acionistas				
Ahgora Sistemas S.A.	532	458	990	99,00%
Velti Sistemas e Equipamentos Ltda.	<u>10</u>	<u>-</u>	<u>10</u>	<u>1,00%</u>
Total de ações	<u>542</u>	<u>458</u>	<u>1.000</u>	<u>100,00%</u>

18 Receita de contratos com clientes

Conforme requerido pelo CPC 26 / IFRS 15, a Companhia apresentou a demonstração do resultado pela receita líquida operacional. Demonstramos abaixo a conciliação da receita bruta e líquida para o exercício de 2022:

	<u>2022</u> não auditado
Receita bruta de contratos com clientes	
Receitas recorrentes	5.875
Prestação de serviços	<u>372</u>
Total da receita bruta de contratos com clientes	6.247
Devoluções e cancelamentos	<u>(3)</u>
	6.244
Impostos incidentes sobre as vendas	
(-) Imposto sobre serviços (ISS)	(123)
(-) Programa de integração social (PIS)	(40)
(-) Contribuição para o financiamento da seguridade social (COFINS)	(184)
(-) Instituto nacional de seguridade social (INSS) sobre a receita	<u>(276)</u>
Total de impostos incidentes sobre as vendas	<u>(623)</u>
Receita líquida de contratos com clientes	<u><u>5.621</u></u>

19 Custos e despesas por função e por natureza

<u>Custos e despesas por função</u>	<u>2022</u> não auditado
Custo das vendas	(2.553)
Despesas comerciais	(483)
Despesas gerais e administrativas	(1.216)
Despesas com pesquisa e desenvolvimento	(1.916)
Outras despesas operacionais, líquidas	<u>(75)</u>
	<u><u>(6.243)</u></u>

<u>Custos e despesas por natureza</u>	<u>2022</u> <u>não auditado</u>
Amortização	(73)
Depreciação	(1)
Despesas de viagens	(101)
Licença de software	(15)
Material de uso e consumo	(14)
Propaganda e publicidade	(20)
Salários, provisões e encargos	(5.965)
Serviços de terceiros	(34)
Outros custos e despesas	(20)
	<u>(6.243)</u>

20 Resultado financeiro

	<u>2022</u> <u>não auditado</u>
Receita financeira	
Juros ativos	1
Despesas financeiras	
Descontos concedidos	(21)
Despesas bancárias	(14)
Juros passivos	(5)
Juros sobre arrendamento	(77)
Outras despesas financeiras	(18)
	<u>(135)</u>
Resultado financeiro	<u>(134)</u>

21 Prejuízo por ação

a. Prejuízo básico por ação

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia pela média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício:

	<u>2022</u> não auditado
Prejuízo atribuído aos acionistas da Companhia	(504)
Quantidade média ponderada de ações em circulação	<u>1.000</u>
Prejuízo básico e diluído por ação em Reais	<u><u>(504,00)</u></u>

b. Prejuízo básico e diluído

Prejuízo diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluídas. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possui qualquer fator diluidor em relação ao básico. Dessa forma, o prejuízo diluído por ação em 31 de dezembro de 2022 é igual ao prejuízo básico por ação, de R\$ 504.

22 Saldos e transações com partes relacionadas

a. Balanço patrimonial

<u>Ativo</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>2022</u> não auditado
Ativo circulante		
Outras contas a receber		
Ahgora Sistemas S.A.	7	3
WebTraining Ltda.	7	<u>306</u>
Total do ativo		<u><u>309</u></u>
<u>Passivo</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>2022</u> não auditado
Passivo circulante		
Outras contas a pagar		
WebTraining Ltda.	10	<u>246</u>
Total do passivo		<u><u>246</u></u>

<u>Resultado</u>	<u>2022</u> <u>não auditado</u>
Custo das vendas Webtraining Ltda.	105
Despesas com pesquisa e desenvolvimento Webtraining Ltda.	<u>201</u>
Resultado entre partes relacionadas	<u><u>306</u></u>

23 Eventos subsequentes

a. STF muda entendimento relacionado com a coisa julgada em matéria tributária

Em 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 – Recursos Extraordinário nº 949.297 e 885 – Recurso Extraordinário nº 955.227.

Os ministros que participaram destes temas concluíram, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de forma definitiva a favor dos contribuintes devem ser anuladas se, depois, o Supremo tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade automaticamente se, e quando, o STF entender que o pagamento é devido.

A Administração avaliou com os seus assessores jurídicos internos os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que a decisão do STF não resulta, baseada em avaliação da administração suportada por seus assessores jurídicos, e em consonância com o CPC 25 / IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, CPC 32 / IAS 12 - Tributos sobre o lucro, ICPC 22 / IFRIC 23 - Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro e o CPC 24 / IAS 10 - Eventos Subsequentes, em impactos significativos em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022.

b. Alterações societárias

i. Venda de ações entre acionistas

Em 10 de abril de 2023, foi celebrado acordo de acionistas onde ficaram acordadas a venda de 10 ações ordinárias da acionista Velti Sistemas e Equipamentos Ltda. para a controladora Ahgora Sistemas S.A., ficando esta como controladora integral da Companhia.



ahgora

